

Eólica Serra das Vacas VII S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas VII S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Serra das Vacas VII S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Serra das Vacas VII S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2024, passivos circulantes excedendo o total dos ativos circulantes no montante de R\$77.165 mil (R\$84.598 mil em 31 de dezembro de 2023), decorrente sobretudo da reclassificação dos saldos de “Empréstimos e Financiamentos” do não circulante para o circulante, em atendimento ao disposto no item 69 do pronunciamento técnico CPC 26 (R1), em razão dos respectivos contratos de financiamento da Companhia conterem cláusula estabelecendo a faculdade de os credores poderem declarar o vencimento antecipado dos créditos, decorrente do não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) determinado nos contratos.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A Administração da Companhia está tomando as providências necessárias para a regularização da situação junto aos credores, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

EÓLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	2024	2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2024	2023
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	407	896	Fornecedores		1.095	985
Títulos e valores mobiliários	5	2.084	2	Empréstimos e financiamentos	11	69.488	73.705
Contas a receber	6	2.015	1.935	Arrendamentos	12	23	21
Impostos e contribuições a recuperar		65	27	Dividendos a pagar		5.578	3.680
Outros ativos		141	116	Obrigações trabalhistas		158	98
Total dos ativos circulante		4.712	2.976	Obrigações tributárias		615	480
				Ações preferenciais resgatáveis	13	4.920	8.605
				Total do passivo circulantes		81.877	87.574
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber	6	4.202	3.644	Arrendamentos	12	910	1.059
Caixa restrito	7	-	400	Partes relacionadas	10.2	8.686	4.640
Aplicações financeiras vinculadas	7	6.024	4.638	Outros passivos		3.940	3.719
Partes relacionadas	10.1	4.581	2.412	Total do passivo não circulantes		13.536	9.418
Outros ativos		76	76				
Imobilizado	8	124.877	128.793	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível	9	74	89	Capital social	15	42.988	42.988
Total dos ativos não circulantes		139.834	140.052	Reserva de Lucros		6.145	3.048
				Total do patrimônio líquido		49.133	46.036
TOTAL DOS ATIVOS		144.546	143.028	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		144.546	143.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quantidade de ações e valor da ação)

	Nota explicativa	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	16	23.057	23.044
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	17	(12.388)	(12.618)
LUCRO BRUTO		<u>10.669</u>	<u>10.426</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	18	(211)	(179)
TOTAL RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>1.623</u>	<u>1.459</u>
LUCRO OPERACIONAL		<u>12.292</u>	<u>11.885</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	504	685
Despesas financeiras	19	<u>(6.930)</u>	<u>(7.465)</u>
		<u>(6.426)</u>	<u>(6.780)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		5.866	5.105
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	20	(871)	(898)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>4.995</u>	<u>4.207</u>
Número de ações ordinárias integralizadas - em milhares		42.988	42.988
Lucro líquido (prejuízo) por ação (em reais - R\$)	15.5	0,1162	0,0979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	4.995	4.207
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>4.995</u>	<u>4.207</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social integralizado			Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital subscrito	Reservas de capital	Ajuste para adequação às normas do				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		43.242	26.655	(26.909)	-	-	(210)	42.778
Ações preferenciais resgatáveis	13	-	3.466	-	-	-	-	3.466
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	13	-	-	(3.466)	-	-	-	(3.466)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	4.207	4.207
Constituição de reserva		-	-	-	200	3.797	(3.997)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(949)	-	(949)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		43.242	30.121	(30.375)	200	2.848	-	46.036
Ações preferenciais resgatáveis	13	-	3.685	-	-	-	-	3.685
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	13	-	-	(3.685)	-	-	-	(3.685)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	4.995	4.995
Constituição de reserva		-	-	-	250	4.745	(4.995)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.898)	-	(1.898)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		43.242	33.806	(34.060)	450	5.695	-	49.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		4.995	4.207
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	8, 9 e 17	7.396	7.049
Apropriação de juros sobre arrendamentos	12	125	122
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamento	11	6.413	6.900
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	19	(504)	(624)
Valor residual de baixa de imobilizado e intangível		-	40
Variação de ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(638)	(1.338)
Outros ativos		(25)	626
Impostos e contribuições a recuperar		(38)	-
Fornecedores		110	646
Obrigações trabalhistas		60	(33)
Obrigações tributárias		928	784
Outros passivos		221	221
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	11	(4.801)	(6.157)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(793)	(784)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>13.449</u>	<u>11.659</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras vinculadas, caixa restrito e títulos e valores mobiliários		(2.564)	1.074
Aquisição de bens do ativo imobilizado/intangível	8 e 9	(3.590)	(4.852)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(6.154)</u>	<u>(3.778)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Arrendamentos	12	(147)	(140)
Partes relacionadas	10	1.877	130
Empréstimos financiamentos pagos	11	(5.829)	(4.393)
Ações preferencias resgatáveis	13	(3.685)	(3.466)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(7.784)</u>	<u>(7.869)</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(489)</u>	<u>12</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo no início do exercício		896	884
Saldo no fim do exercício		407	896
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(489)</u>	<u>12</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Serra das Vacas VII S.A. (“Companhia”) é uma “Sociedade por Ações” de capital fechado, está sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.931, 4º andar, sala 8, Jardim Paulistano, CEP: 01452-910, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia elétrica por fonte eólica.

1.1. CONTINUIDADE OPERACIONAL

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$77.165 (R\$84.598 em 31 de dezembro de 2023) decorrente, substancialmente, da reclassificação dos saldos de “Empréstimos e Financiamentos” do não circulante para o circulante, conforme evidenciado na nota explicativa nº 10.

A reclassificação desse montante para o Passivo Circulante deveu-se exclusivamente ao atendimento do disposto do item 69 do pronunciamento técnico CPC 26 (R1), em razão dos contratos de financiamento da Companhia conterem cláusula estabelecendo a faculdade dos credores poderem declarar o vencimento antecipado dos créditos, decorrente de não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da dívida (“ICSD”) determinado nos contratos. Conforme prerrogativas previstas nas cláusulas contratuais, caso a Companhia não atinja o ICSD previsto de 1,20, a Eólica Serra das Vacas Holding II S.A “Controladora” deverá depositar na conta de complementação do ICSD os recursos necessários para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20.

Em 31 de dezembro de 2024, o ICSD consolidado apurado não atingiu 1,20.

Conforme descrito nas notas explicativas nº 10, a Controladora, conforme estabelecido na Escritura das Debêntures, para o exercício de 2023, com o índice apurado, a Companhia mantém em conta reserva de complementação do ICSD, o montante de R\$733. Para o exercício de 2024 a controladora fara a manutenção do saldo de modo a manter o montante de R\$1.557, no prazo de três dias após a emissão desse relatório.

Adicionalmente, a Companhia solicitou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES um “waiver” para dispensa do atingimento do referido índice. Contudo, até a emissão dessas Demonstrações Financeiras, a referida dispensa não fora formalizada.

Em maio de 2024, a Companhia realizou os pagamentos dos “fees” para anuência do pleito para obtenção do “waiver” junto ao BNDES relacionado ao cumprimento do índice de ICSD do exercício de 2023, conforme mencionado anteriormente. A Companhia continuará mantendo seus esforços no processo de formalização do “waiver”, que tem avançado gradativamente.

A Administração elaborou um plano de ação para monitoramento do seu caixa e cumprimento de suas obrigações, que considera: (i) captação de recursos adicionais considerando o lastro de infraestrutura disponível para o Grupo econômico que a Companhia está inserida e/ou linhas de crédito já disponíveis, com o objetivo de quitar antecipadamente as dívidas já existentes, e; (ii) manutenção do suporte financeiro por parte de seu acionista via aporte de capital, conforme vem sendo feito quando e se necessário.

A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios, possibilitar a reclassificação das dívidas novamente para o não circulante e cumprir suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados.

Assim, apesar das informações financeiras apresentadas, incluindo a dependência da obtenção do “waiver”, as quais indicam incerteza relevante que podem levantar dúvida quanto à capacidade da Companhia de continuar operando em um futuro previsível, a Administração, com base nos fatos e ações acima expostos, tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá sucesso na negociação, e com isso, manter sua operação conforme o planejado, alcançando o máximo de sua capacidade operacional e faturamento.

2. CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

2.1. A Companhia tem seu parque eólico instalado no município de Paratama, Estado de Pernambuco e operou em fase de testes até novembro de 2017 e em dezembro de 2017, a Companhia iniciou suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de autorização

A Companhia, através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 127, de 16 de abril de 2015, foi autorizada a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3. Comercialização de energia

A Companhia, participou do 6º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 31 de outubro 2014, conforme o Edital de Leilão nº 08/2014-ANEEL. Em 21 de julho de 2015, a Companhia assinou Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade disponibilidade de energia elétrica. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de outubro de 2017. A Companhia ofertou, em 1º de dezembro de 2017, o total de seus volumes de geração de energia elétrica ao contrato de energia elétrica.

2.4. Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível; e (b) provisão para recuperação dos ativos. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (real - R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas

Os títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas estão demonstrados ao custo amortizado, sendo os efeitos das taxas de juros efetivas registrados no resultado e apresentados na rubrica “Receitas financeiras”.

3.4. Instrumentos financeiros - ativos

(a) Classificação

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado; (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros.

(i) Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

(b) “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não foi constituída provisão para riscos de crédito.

3.5. Instrumentos financeiros - passivos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e ações preferenciais resgatáveis, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos CERs são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no âmbito do mercado regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.7. Estimativa para provisão de perdas esperadas

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para provisão para perdas esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos seus ativos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

a) Provisão para desmobilização

A Companhia possui a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais relacionadas aos arrendamentos dos terrenos onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão representa a melhor estimativa de desembolso futuro, por se tratar de obrigações de longo prazo, sendo mensurada ao seu valor justo devendo ser revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) são amortizados pelo prazo de autorização do parque eólico.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.10. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.11. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos dos empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.14. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41- Resultado por Ação.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam vir a ser conversíveis em ações e que possam representar diluição do lucro por ação. Consequentemente, o lucro básico por ação não difere do lucro diluído por ação.

3.15. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.16. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com "covenants"	IAS 1	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	IFRS 16	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	IAS 7 IFRS 7	01.01.2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos.	N/A	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou "joint venture"	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for	IAS 21	01.01.2025
IFRS S1 - Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	Nova norma - estrutura de divulgação de riscos e oportunidades de sustentabilidade	IFRS S1	01.01.2026
IFRS S2 - Divulgação de Informações Climáticas	Nova norma - requisitos de divulgação de riscos e oportunidades climáticas	IFRS s2	01.01.2026
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 / IFRS 7	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IFRS 18	01.01.2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Nova norma - permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis IFRS	IFRS 19	01.01.2027

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Depósitos bancários	407	896

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2024	2023
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	2.084	2

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os rendimentos médios foram de 99,09% do CDI (99,34% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2023).

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2024	2023
Fornecimento contratual de energia - CER (a)	2.015	1.935
Conta de ajuste contratual (quadriênio) de energia - CER (b)	4.202	3.644
	<u>6.217</u>	<u>5.579</u>
Circulante	2.015	1.935
Não circulante	4.202	3.644
	<u>6.217</u>	<u>5.579</u>

(a) Saldo referente contratos de energia de reserva.

(b) Saldo referente superávit de geração contratual anual e acumulado (quadriênio) do contrato de Comercialização de Energia de Reserva - CER.

7. CAIXA RESTRITO E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

(a) Caixa restrito

	2024	2023
Depósitos bancários	-	400

(b) Aplicações financeiras vinculadas

	2024	2023
Fundo Bradesco H Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo	6.024	4.638

Referem-se a aplicações no Bradesco H FI RF Referenciado DI longo prazo cuja carteira é composta de aproximadamente 68% de suas operações atreladas a títulos públicos federais e 95% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os rendimentos médios foram de 100,03% do CDI (99,65% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Os itens (a) e (b), referentes a caixa restrito e as aplicações financeiras vinculadas, são mantidos no ativo não circulante como forma de garantia, e vinculados ao financiamento obtido junto ao BNDES mencionado na nota explicativa nº 10.

8. IMOBILIZADO

	2022	Adições	Transferências	Depreciação	2023	Custo Histórico	Depreciação Acumulada
IMOBILIZADO EM CURSO	2.603	4.852	-	-	7.455	7.455	-
Materiais Sobressalentes	2.603	4.852	-	-	7.455	7.455	-
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	125.118	3.251	-	(7.031)	121.338	161.883	(40.545)
Direito De Uso - CPC 06	935	68	-	(50)	953	1.137	(184)
Edificações, Obras Civas E Benfeitorias	10.382	-	-	(423)	9.959	12.495	(2.536)
Máquinas E Equipamentos	112.984	-	-	(6.433)	106.551	144.204	(37.653)
Móveis E Utensílios	6	-	-	-	6	6	0
Desmobilização CPC 25 (*)	268	3.183	-	(125)	3.326	3.498	(172)
Terrenos	543	-	-	-	543	543	-
Total Geral	127.721	8.103	-	(7.031)	128.793	169.338	(40.545)
	2023	Adições	Transferências	Depreciação	2024	Custo Histórico	Depreciação Acumulada
IMOBILIZADO EM CURSO	7.455	3.574	(10.695)	-	334	334	-
Materiais Sobressalentes	7.455	3.574	(10.695)	-	334	334	-
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	121.338	109	10.695	(7.381)	124.543	172.470	(47.927)
Direito De Uso - CPC 06	953	(125)	-	(33)	795	1.012	(217)
Edificações, Obras Civas E Benfeitorias	9.959	-	-	(423)	9.536	12.495	(2.959)
Máquinas E Equipamentos	106.551	16	10.695	(6.800)	110.462	154.915	(44.453)
Móveis E Utensílios	6	-	-	(2)	4	7	(3)
Desmobilização CPC 25 (*)	3.326	-	-	(123)	3.203	3.498	(295)
Terrenos	543	-	-	-	543	543	-
Total Geral	128.793	3.465	-	(7.381)	124.877	172.804	(47.927)

(*) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente. A provisão foi reconhecida no ativo imobilizado em contrapartida de outros passivos no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis.

9. INTANGÍVEL

	2022	Baixas	Amortização	2023	Custo Histórico	Amortização Acumulada
INTANGÍVEL EM SERVIÇO	147	(40)	(18)	89	160	(71)
Servidões	62	-	(2)	60	73	(13)
Softwares	85	(40)	(16)	29	87	(58)
	2023	Baixas	Amortização	2024	Custo Histórico	Amortização Acumulada
INTANGÍVEL EM SERVIÇO	89	-	(15)	74	160	(86)
Servidões	60	-	(3)	57	73	(16)
Softwares	29	-	(12)	17	87	(70)

10. PARTES RELACIONADAS

10.1. Ativos a receber

	2024	2023
Eólica Serra das Vacas I S.A. (a)	172	172
Eólica Serra das Vacas II S.A. (a)	172	172
Eólica Serra das Vacas III S.A. (a)	172	172
Eólica Serra das Vacas IV S.A. (a)	172	172
Eólica Serra das Vacas Holding III S.A. (a)	862	862
Eólica Serra das Vacas IX S.A. (a)	862	862
	<u>2.412</u>	<u>2.412</u>

(a) Refere-se a reembolso de compartilhamento de infraestrutura.

10.2. Passivo a Pagar

	2024	2023
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	8.686	4.640

Refere-se à captação de mútuo com sua controladora, sobre o qual não incide juros e o prazo de vencimento é indeterminado.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia captou um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados à Companhia têm como data final de amortização em 15 de março de 2034.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos e geração de caixa), calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de abril de 2018 a 15 de março de 2034. O principal é atualizado por Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP + 2,46% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

As garantias dadas ao referido contrato são ações da Eólica Serra das Vacas VII S.A., cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

A Companhia tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial, apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

Por fim, note-se que o financiamento em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Controladora de Índice de Cobertura do Serviço da dívida ("ICSD") de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a Companhia não atingiu o índice acima determinado, sendo que o índice apurado foi 1,15 e 1,17 respectivamente.

Para que o ICSD consolidado apurado em 31 de dezembro de 2023 (no valor de 1,17) resultasse em 1,20, a Controladora manteve o montante complementar de R\$733 e para o exercício de 2024 a controladora fará a manutenção do saldo de modo a manter o montante de R\$1.557, no prazo de três dias após a emissão desse relatório. A Controladora solicitou ao BNDES um "waiver" para dispensa do atingimento do referido índice para 2023 e 2024 e até a emissão destas demonstrações financeiras, não fora deferido o pedido de dispensa por parte do BNDES. Dessa forma, a Controladora e suas controladas mantem todo o saldo da dívida no circulante. A Companhia deverá manter os recursos depositados na conta de complementação do ICSD até a próxima apuração do índice, a ser realizada no ano imediatamente subsequente.

Deste modo, caso no ano imediatamente subsequente, a Companhia apure o ICSD de 1,20, sem considerar os recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, o saldo será liberado para movimentação.

A Controladora manterá os esforços para a formalização da obtenção do "waiver" em 2025, onde, em cenário positivo, procederá com a reclassificação da dívida novamente para o não circulante.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Principal e juros incorridos	<u>69.488</u>	<u>73.705</u>
Segregado entre:		
Circulante	69.488	73.705
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u><u>69.488</u></u>	<u><u>73.705</u></u>

a) A movimentação do exercício é conforme segue:

	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro 2022	77.355
Juros incorridos	6.900
Amortização de principal	(4.393)
Amortização de juros	(6.157)
Saldo em 31 de dezembro 2023	<u>73.705</u>
Juros incorridos	6.413
Amortização de principal	(5.829)
Amortização de juros	(4.801)
Saldo em 31 de dezembro 2024	<u><u>69.488</u></u>

12. ARRENDAMENTO

A Companhia possui contratos de locação de terras. Esses contratos são classificados como arrendamentos, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 06 (R2) e, seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Contratos com prazo de vigência maior de 12 meses	2024	2023
Total dos Contratos	2.234	2.743
Encargos financeiros futuros	(1.301)	(1.663)
Valor presente dos contratos	933	1.080
Circulante	23	21
Não circulante	910	1.059
	933	1.080

O direito de uso sobre os contratos firmados está registrado na rubrica de “Imobilizado”, conforme nota explicativa nº 8.

A movimentação do exercício é conforme segue:

Arrendamentos	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.030
Atualização monetária	68
Apropriação de juros	122
Amortizações	(140)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.080
Atualização monetária	(125)
Apropriação de juros	125
Amortizações	(147)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	933

O direito de uso sobre os contratos firmados está registrado na rubrica de “Imobilizado”, conforme nota explicativa nº 8.

13. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

	2024	2023
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	4.920	8.605

Em 30 de novembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$24.000.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2030 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 1.483.609. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	<u>Valor de emissão por ação</u>	<u>Valor capitalizado por ação</u>	<u>Valor de reserva de capital por ação</u>
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. - R\$	3,1784	0,0336	3,1448

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$254, e parte como reserva de capital no montante de R\$4.666. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Devido à falta de previsão específica na legislação societária para refletir os requisitos previstos no CPC, a Companhia criou uma conta específica no Patrimônio Líquido, denominada ajuste para adequação às normas do CPC, com o objetivo de apenas refletir os efeitos deste ajuste. Portanto, o valor total de emissão deduzido dos desembolsos realizados até 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$4.920, foi registrado como passivo circulante da Companhia, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	<u>Ações preferenciais resgatadas</u>		<u>Legislação societária</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>Valor de emissão</u>	<u>Capitalizadas</u>	<u>Reserva de capital</u>
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	1.483.609	4.666	254	4.920

<u>2023</u>					
<u>Reserva de capital</u>					
<u>Ações preferenciais resgatáveis</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Valor resgatado</u>	<u>Total reserva</u>	<u>31/12/2023</u>	
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	254	11.817	(3.466)	8.351	8.605

<u>2024</u>					
<u>Reserva de capital</u>					
<u>Ações preferenciais resgatáveis</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Valor resgatado</u>	<u>Total reserva</u>	<u>31/12/2024</u>	
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	254	8.351	(3.685)	4.666	4.920

14. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos assessores legais, determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou a existência de processos ou situações que requeressem o registro de provisão para riscos que fosse necessária à sua divulgação.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social subscrito e integralizado é no montante de R\$42.988, dividido em: (i) 42.987.600 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 1.483.609 ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	<u>Capital Subscrito</u>	<u>Capital Integralizado</u>	<u>Ações Preferenciais Resgatáveis</u>	<u>Total do Capita Integralizado</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	42.988	42.988	254	43.242	44.471.209	100%

15.2. Remuneração da Administração

No ano de 2024 a remuneração dos Administradores ocorre na controladora (R\$34 no ano 2023) paga através de rateio entre as controladas de todo o grupo. Não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria ou remuneração baseada em ações.

15.3. Reserva legal

Constituída com 5% do lucro do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

15.4. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, ou baseado no percentual deliberado em assembleia ordinária.

15.5. Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido (prejuízo) do exercício aos montantes utilizados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.826	4.207
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	<u>42.988</u>	<u>42.988</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - R\$	<u>0,1162</u>	<u>0,0979</u>

16. RECEITA LÍQUIDA

	2024	2023
Suprimento de energia elétrica - energia de reserva- CER	23.487	22.329
Sobras e déficit da obrigação contratual CER	531	1.622
Total receita bruta	24.018	23.951
(-) Deduções:		
PIS e COFINS	(857)	(812)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(104)	(95)
Total deduções	(961)	(907)
Total da receita líquida	23.057	23.044

17. CUSTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	2024	2023
Energia comprada para revenda	(8)	(11)
Depreciação e amortização	(7.396)	(7.049)
Despesa com pessoal	(1.161)	(1.034)
Serviços de terceiros	(1.947)	(1.831)
Arrendamentos	(10)	(38)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(1.070)	(1.361)
Material	(202)	(350)
Outros	(594)	(944)
	(12.338)	(12.618)

18. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2024	2023
Despesas Operacionais		
Serviços de terceiros	(206)	(160)
Outras despesas	(5)	(19)
Total	(211)	(179)
Outras Receitas		
Receita de indenização de sinistros (*)	1.834	1.638
Total	1.834	1.638
Total receitas (despesas) operacionais	1.623	1.459

(*) Em 2024, a companhia recebeu valores de indenização de seguros, referente a indenização total e final pelos danos materiais (quebra de máquinas), decorrente dos prejuízos do sinistro ocorrido.

19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2024	2023
Receitas financeiras:		
Títulos e valores mobiliários	504	685
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(6.413)	(6.900)
Comissões e “waiver fee”	(96)	(75)
Outras despesas	(421)	(490)
	(6.930)	(7.465)
Resultado financeiro, líquido	(6.426)	(6.780)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras, está apresentada a seguir:

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita bruta	23.487	23.487	22.329	22.329
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	1.879	2.818	1.786	2.679
Receitas financeiras	504	504	685	685
Base de cálculo	2.383	3.322	2.471	3.364
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(357)	(299)	(371)	(304)
Adicional de IRPJ	(215)		(223)	-
Despesas com IRPJ e CSLL	(572)	(299)	(594)	(304)
		(871)		(898)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais instrumentos financeiros referem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras vinculadas, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado. Os valores contábeis já estão divulgados nas demais notas explicativas referentes a esses instrumentos financeiros.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	2024	2023
<u>Ativos</u>			
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado	407	896
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	2.084	2
Contas a receber	Custo amortizado	6.217	5.579
Partes relacionadas	Custo amortizado	4.581	2.412
Caixa restrito	Custo amortizado	-	400
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	6.024	4.638
<u>Passivos</u>			
Fornecedores	Custo amortizado	1.095	985
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	69.488	73.705
Ações preferenciais resgatáveis	Custo amortizado	4.920	8.605
Partes relacionadas	Custo amortizado	8.686	4.640
Outros passivos	Custo amortizado	3.940	3.719
Arrendamentos	Custo amortizado	933	1.080

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, o acionista controlador dará suporte financeiro à Companhia, assim como são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

g) Análise de sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- TJLP: 7,43%.
- CDI - acumulado últimos 12 meses: 10,83%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

	2024	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	25%	50%
Aplicações financeiras vinculadas	6.024	CDI	652	815	979
Títulos e valores mobiliários	2.084	CDI	226	282	339
Empréstimos e financiamentos	(69.488)	TJLP + 2,46%	(6.872)	(8.590)	(10.309)
	<u>(61.380)</u>		<u>(5.994)</u>	<u>(7.493)</u>	<u>(8.991)</u>

h) Risco de capitalização

	2024	2023
Dívida de empréstimos, financiamentos	69.488	73.705
(-) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valor mobiliário e aplicações financeiras vinculadas	<u>(8.515)</u>	<u>(5.936)</u>
Dívida líquida	60.973	67.769
Patrimônio líquido	49.133	46.036
Índice de alavancagem financeira - %	<u>124%</u>	<u>147%</u>

22. COMPROMISSOS

- a) A Companhia mantém compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores - O&M, no montante de aproximadamente R\$800 ao ano, com vencimento em 2030, ao qual possui reajuste anual pelo IPCA.

23. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	2024	2023
Atualização dos contratos/Adoção Inicial - arrendamentos/imobilizado	(125)	68
Provisão para desmobilização	-	3.184

24. SEGUROS

A Companhia, por meio de sua Controladora possui apólices de seguros, cujas coberturas são:

Objeto	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/12/2024	19/12/2025	Controladora e controladas
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	279.328	19/12/2024	19/12/2025	Controladas

As apólices de seguros possuem prazo de vigência de um ano e são renovadas anualmente. O período de 01/01/2024 a 19/12/2024 foram cobertos pela apólice de seguros que teve início de sua vigência no final do exercício de 2023.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 17 de abril de 2025.